

Boletim Materna

As últimas novidades dos estudos da maternidade

Confira nesta edição:

"Toda vez que você avança, mudam a linha de chegada" - Entrevista com Dr^a Kamila Eulalio, autora do Atlas da Permanência Materna nas IES Federais brasileiras

Conheça Pamella Magno, mãe, multiartista, performer, artista visual, atriz, produtora e pesquisadora de linguagens



"Mães que escrevem a Amazônia de Sal" | Prof.^a Dr.^a Luana Fontel recebe Prêmio Capes de melhor Tese



Saúde Mental Materna: de amortecedoras sociais à buscadoras de paraquedas | Artigo por Marcella Sandim

Editorial



*Por Prof.ª M.ª Mithaly Corrêa
Coordenadora do Núcleo Materna e Vice-coordenadora do
Projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ*

É com muita alegria que apresentamos a primeira edição do Boletim Materna, uma iniciativa do projeto de extensão Mães na Universidade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna.

O boletim nasce com o propósito de aproximar a produção científica acerca dos estudos da maternidade com a sociedade, promovendo a divulgação de pesquisas, experiências, reflexões e iniciativas relacionadas ao tema.

Entendemos que a categoria maternidade e o cuidado atravessa diferentes dimensões da vida social e, por isso, dialoga com temas como educação, saúde, trabalho, assistência social, direitos humanos, políticas públicas, gênero, raça, classe, entre tantas outras. Nosso objetivo com esse trabalho é construir um espaço de circulação do conhecimento, contribuindo para ampliar o debate público e fortalecer o acesso a informações sobre a temática.

Nossa primeira edição é lançada no mês seguinte em que se realiza a campanha Setembro Amarelo, dedicada à conscientização sobre a saúde mental e a valorização da vida. Aproveitamos esse momento para reforçar a importância de

olhar para as vivências das mães, reconhecendo que a sobrecarga, as desigualdades, a solidão, a violência e as múltiplas demandas do cuidado impactam diretamente na saúde mental dessas sujeitas.

Ao mesmo tempo, reafirmamos que essa não é uma pauta restrita ao mês de setembro. A saúde mental materna precisa ser compreendida como um direito e como um compromisso coletivo, exigindo atenção, cuidado e políticas públicas para esse público.

Reivindicamos a noção de que cuidar de quem cuida é uma responsabilidade que envolve famílias, instituições, comunidades e o Estado, não somente uma questão privada.

Este Boletim foi feito com enorme afeto e foi escrito por muitas mãos, com participação especial das extensionistas do Projeto Mães na Universidade e da equipe do Núcleo Materna.

Esperamos que esta edição contribua para ampliar reflexões, compartilhar conhecimentos e fortalecer redes de apoio entre pesquisadoras, profissionais, estudantes, mães e todas as pessoas interessadas em construir uma sociedade mais justa e acolhedora para as maternidades.

Seja bem-vinda, bem-vindo e boa leitura!

Elaboração do Boletim Materna

Coordenação do Boletim Materna:

Mithaly Salgado Corrêa

Edição, revisão e diagramação:

Mithaly Salgado Corrêa

Elaboração das seções do Boletim Materna:

Mithaly Corrêa - Coordenadora do Núcleo Materna e Vice Coordenadora do projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ

Andresa Sigarini - Extensionista do projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ

Cecília Maraújos - Extensionista do projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ

Lívia Maria - Extensionista do projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ

Marjorie de Oliveira - Extensionista do projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ

ENTREVISTA COM A PESQUISADORA

Prof.^a Dr.^a Kamila Eulalio - Autora do Atlas da Permanência Materna nas IES Federais brasileiras



Prof.^a Dr.^a Kamila Eulalio - Arquivo pessoal

Mithaly Correa: Para começar, queria que você contasse um pouquinho de quem é a Kamila, para além do currículo.

Kamila Eulalio: Eu sou Kamila Abreu, mãe da Helena e do Henrique. Sou cientista social, professora do ensino médio e hoje atuo na coordenação do Núcleo Materna. Tenho muito orgulho de estar nessa coordenação. Tem sido um espaço de grande acolhimento.

Para além do currículo, sou filha de Ana Lúcia, uma das melhores costureiras que a gente tem no nosso bairro, e neta de Jurema, minha Eulalio, que, mesmo sem ter conseguido chegar ao ensino médio, se esforçou muito para que todas nós estudássemos. O sonho dela era ser professora e, a partir desse sonho, muitas das filhas viraram professoras e eu, como neta, também virei professora.

Sou casada, essa é uma informação relevante para definir quem sou, porque já fui mãe solo e sei o que essa experiência significa. Inclusive, ainda me considero mãe solo da Helena, pois exerço o trabalho de cuidado sem estar junto do pai dela. Outra dimensão importante da minha trajetória é viver com bipolaridade. Isso também atravessa a minha experiência como acadêmica e pesquisadora, porque me permite compreender, a partir da própria experiência, como é viver entre diferentes estados emocionais e como isso pode impactar a vida acadêmica.

“Eu me vi sendo uma jovem estudante grávida, em uma gravidez solo, morando na Baixada Fluminense e enfrentando também questões pessoais que afetavam minha permanência. Todos os dias eu pegava três conduções para chegar à universidade”.

Mithaly: Poderia nos contar como a maternidade atravessou sua trajetória acadêmica?

Kamila: Eu costumo lembrar de uma passagem muito engraçada. Eu tinha por volta de 18 anos, ainda não tinha completado 19, e estava na universidade com meus colegas das Ciências Sociais. A gente estava discutindo o Centro Acadêmico, o DCE, e alguém falou: *“A gente precisa pensar em políticas também para quem é mãe”*. E eu fui contra. Falei: *“Gente, mas quem é mãe? a gente não vê mãe nessa universidade. Não sei para que a gente precisa pensar em políticas para mãe”*.

Era uma coisa totalmente desconectada da minha realidade. Eu não via mães circulando pela universidade e não era uma realidade que era minha.

Dois meses depois, eu descobri que estava grávida dentro da universidade. E aí eu me vi sendo uma jovem estudante grávida, em uma gravidez solo, morando na Baixada Fluminense e enfrentando também questões pessoais que afetavam minha permanência. Todos os dias eu pegava três conduções para chegar à universidade.

Então, a maternidade, de início, era uma pergunta: *“Quem é mãe na universidade?”*. E eu me tornei mãe na universidade. Entendi que precisava lutar não só por mim, mas também pela minha filha. O meu futuro era o futuro dela.

Quando minha filha nasceu, percebi que existia uma diferença muito grande entre estar grávida na universidade e estar na universidade com uma criança. O estigma ficava muito mais evidente. Era o olhar de: *“Você não deveria estar aqui. O que essa criança está fazendo aqui?”*.

Uma professora chegou a questionar por que minha filha estava na sala do departamento.

“A maternidade me fez olhar para a academia e perceber que aquele espaço é elitizado e que nós vamos encontrar resistência para estar nele”.

Depois se arrependeu e pediu desculpas. Mas outra professora, maravilhosa, olhou para mim e disse: *“Não, ela vai ficar aqui sim. Pode ir para a aula”*. Ela ficou com minha filha enquanto eu assistia à aula.

A maternidade me fez olhar para a academia e perceber que aquele espaço é elitizado e que nós vamos encontrar resistência para estar nele. Mas também me fez perguntar: quais são as formas de permanência? O que precisamos fazer para que outras mulheres também possam estar? Meu olhar saiu um pouco do que eu precisava fazer para o que nós precisamos fazer.

Eu só consegui me formar naquele período porque tive apoio da minha família e da própria comunidade acadêmica. E comecei a me perguntar: por que outras mães não têm esse apoio? Por que outras mães estão sofrendo tanto para estar na universidade? Foi aí que pensei que precisava pesquisar sobre isso.

Comecei a entrevistar mães que estavam na universidade e percebi que aquilo que eu vivia não era uma questão individual. Era uma questão institucional, social e política. Anos depois, em 2026, fui convidada pela própria universidade para conversar sobre essa pesquisa e entender qual era a problemática que existia ali. Eu pensei: *“Ainda bem que agora vocês estão olhando para isso, mas precisou passar quase dez anos para que vocês olhassem para isso como uma problemática”*.

Então, acho que a maternidade me puxou para esse olhar: isso aqui é um campo de pesquisa, é um campo necessário, é um campo de políticas públicas.

Mithaly: É muito bom ouvir isso, porque a gente pensa: muitas de nós só conseguimos avançar por conta das nossas redes e muitas vezes a gente chama isso de sorte. A sorte de encontrar uma boa professora, um bom orientador, uma boa orientadora; a sorte de ter um departamento que consegue entender as nossas questões; Só que a gente percebe que não é para a gente ter sorte, é para a gente ter políticas.

Kamila: No mestrado, eu passei com aquela garra de: *“Eu preciso passar em primeiro lugar porque preciso de bolsa. Eu não tenho emprego, então preciso passar”*. E passei em primeiro lugar. Para mim, foi motivo de muito orgulho. Na minha dissertação, fui discutir algo que chamo de “boa vontade”. Para quem estuda políticas públicas, existem os chamados burocratas dentro das universidades: professores, assistentes sociais, equipes das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis, pessoas que estão ali para fazer valer os direitos dos estudantes.

E aí eu comecei a olhar para aquilo que você chamou de “boa sorte”. É o que eu chamo, na minha dissertação, de “boa vontade”. A gente fica esperando a boa vontade do departamento, do professor, da instituição. Esperando que alguém entenda que você precisa de um tempo a mais, que vai precisar faltar, que precisa de uma bolsa para conseguir estudar. Mas a gente não deveria depender da boa vontade de ninguém para ter acesso à educação. Universidade, ensino superior, é um direito à educação para todos, independentemente de classe, raça ou gênero. E direito não pode depender de boa vontade.

Mithaly: Tem pouco tempo que você concluiu o doutorado. E eu queria entender o que essa conquista representou para você. Se teve momentos em que você pensou em desistir, o que tornou essa permanência até o doutorado possível?

Kamila: Assim que terminei o doutorado, passei um tempo olhando para o nada e pensando: *“Meu Deus, o que aconteceu?”* Parece que acabou a sua vida.



Prof.^a Dr.^a Kamila Eulalio e seus filhos - Arquivo pessoal

"Toda vez que você avança, mudam a linha de chegada"

Você passa anos fazendo aquilo que está acostumada a fazer. Eu passei praticamente 10 anos estudando e, graças às políticas públicas que me possibilitaram isso, consegui concluir o doutorado e chegar lá. E aí, quando cheguei nesse lugar de doutora, olhei e falei: *"Gente, e agora? O que isso representa? O que a gente faz a partir disso?"*

Tive uma reunião com a minha orientadora e fiz uma pergunta muito pessoal: *"O que a gente faz quando acaba o doutorado?"*.

E esse questionamento ainda está ecoando na minha cabeça. Eu sei que me tornei uma pessoa muito diferente daquela que entrou na graduação. Não tem como não ser, porque fui mãe nesse processo, vivi muitas coisas. Você se torna uma pessoa diferente.

Mas, ao mesmo tempo, eu olho e penso: *"Tá, é isso. Agora a gente precisa trabalhar com o que tem aqui para frente"*. E eu confesso que é um questionamento que ainda me faço. Eu não tenho uma resposta pronta. Talvez seja o mesmo questionamento que fiz quando estava saindo da graduação. São as mesmas questões, mas em níveis diferentes.

Porque o que significa ter um doutorado, afinal de contas? Se eu falar que é tudo e nada ao mesmo tempo parece estranho, mas não é que não tenha representado nada. É que você chega a um patamar em que, toda vez que você avança, mudam a linha de chegada. E, para nós que somos mães, isso é muito complexo. Quando você é uma mulher, quando você é negro, quando você é pobre... Eu não saí desse local ainda, sabe? Eu não consegui almejar.

Então, por exemplo, a gente viu pessoas que se formaram, que nem estão no mesmo patamar que a gente de ter o doutorado, que já estão lá sendo professoras titulares, que já estão lá como professoras e estão lá sendo super acadêmicas e nem chegaram no mesmo lugar que a gente chegou, que nem produzem tanto quanto nós produzimos.

Mas é a interseccionalidade, né? Isso me lembra uma fala da Patricia Hill Collins, que ela vai falar sobre esse cruzamento. É isso.. Se a gente estiver no cruzamento, vai ser muito mais difícil para que a gente possa estar dentro desses espaços.

Mithaly: Não é uma garantia, né?

Kamila: O doutorado não é essa garantia. Mas, ao mesmo tempo, é um lugar para mim de orgulho, porque eu entendo que eu sou a primeira doutora em toda a minha linhagem. Nunca nas minhas duas famílias tiveram doutores. E eu tô falando de duas famílias, com muitos professores. Eu não fui a primeira que chegou à pós-graduação, porque a minha tia fez uma pós-graduação antes. Mas eu fui a primeira a fazer o mestrado. Depois que eu saí do mestrado, eu fui a primeira a fazer o doutorado e a terminar. Na família do meu pai, por exemplo, eu fui a primeira a fazer graduação, a primeira a passar para a universidade.

Isso não significa que socialmente ele seja o melhor lugar do mundo, mas eu entendo que eu tive essa possibilidade de ampliar meus campos de possibilidades. E que eu vou ampliar esse campo pros meus filhos, que vão poder estar nesses lugares também.

Mithaly: Para a gente avançar mais um pouquinho aqui na nossa conversa, eu queria que você falasse um pouco sobre como a maternidade e a vida acadêmica impactam a saúde mental das mulheres. O que você considera mais desgastante nesse processo? Você acredita que esse tema ainda é pouco discutido na universidade?

Kamila: Pelo ponto de vista acadêmico, eu entrevistei, ao longo desses anos, pelo menos umas 150 mães que estão na universidade. Não consigo dizer uma que não sofra alguma consequência psicológica do fato de estar na academia e, ao mesmo tempo, ser mãe. No meu último levantamento, todas as mulheres assinalaram que tiveram algum episódio de ansiedade, depressão ou síndrome do pânico. Todas as mulheres que entrevistei falaram a mesma coisa.

E esses problemas são ocasionados, na verdade, pela sobrecarga. O nosso cérebro, o nosso emocional, entra em uma sobrecarga muito grande quando a gente precisa acumular funções: ser mãe, estudante, trabalhadora, dona de casa, dar conta de tudo.

“O que eu venho apontando nas minhas pesquisas é que existe um novo sujeito dentro das instituições. São pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, pessoas trans e travestis, pessoas de baixa renda e, dentro desse mesmo olhar, as mulheres mães”.

Mithaly: E as próprias demandas da universidade também, né? Vai somando tudo.

Kamila: É. A partir do momento em que você já tem essas demandas pessoais, você inclui toda a cobrança que significa estar na universidade. Em algumas áreas, por exemplo, essas mulheres precisam estar em laboratórios durante muitas horas. Chegam às 7 da manhã e saem às 11 da noite, ao mesmo tempo em que precisam dar conta de ter um filho do lado de fora.

Quando ela está grávida, ainda precisa lidar com situações específicas de risco. Como é que ela vai ficar em um laboratório com produtos que podem ser tóxicos para a saúde dela e do bebê? Então, a maternidade vai, de alguma forma, trazer toda essa dimensão de risco para além das demandas que já são pessoais e acadêmicas.

Tem também toda a cobrança de estar dentro da universidade e, ao mesmo tempo, dar conta do lado de fora. É um misto de sensações que elas acabam relatando. Você está na universidade, tem um filho do lado de fora e as pessoas ao seu redor muitas vezes não entendem a importância do trabalho que você faz. Não entendem que estudar é um trabalho, que estar na pós-graduação também é um trabalho.

Muitas vezes entendem a sua bolsa como só um complemento para a renda da família, e não é. Sem a sua bolsa, talvez aquela família nem consiga sobreviver. Então, é muito complexo.

E ainda existem as cobranças acadêmicas, como participar de congressos e publicar artigos. São muitas camadas, muitas histórias que fui ouvindo ao longo do tempo, e a saúde mental dessas mulheres está muito fragilizada.

Mithaly: E como isso atravessou a sua própria trajetória?

Kamila: A minha saúde também ficou muito fragilizada durante a pós-graduação. Na graduação, tive picos de ansiedade e depressão, mas o mestrado foi, para mim, a parte mais tranquila da pós-graduação.

No doutorado, eu estava em um local de muito sofrimento e precisei me afastar da universidade por um período, porque não tinha condições emocionais de estar ali.

E até o processo de pedir afastamento dentro da universidade é penoso. Você precisa apresentar uma série de documentos, laudos, receitas, comprovações, justamente em um momento em que você não está conseguindo nem se levantar da cama.

Aí a gente entende que esse processo é ocasionado por toda a sua vivência pessoal junto com a sua vivência acadêmica e que não é único. Nenhuma história é única. As histórias são universais.

Eu fui pesquisar a própria UFRJ e, quando encontrei esses dados no Atlas, pensei: *“Gente, a minha história não é única. Quantas e quantas mães estão falando a mesma coisa?”*.

São muitas mães sofrendo dentro da universidade e, ao mesmo tempo, tentando prosseguir. Muitas abandonam, mas muitas tentam prosseguir ainda assim.

Mithaly: Nessa direção do que você está falando, eu queria te perguntar: se você pudesse deixar uma mensagem para quem é gestor, para quem é professor dessas instituições de ensino, para quem está nesses papéis que você chamou de burocráticos, sobre o cuidado com a saúde mental das mães, o que você falaria?

Kamila: Eu começaria falando: vamos ter um olhar crítico sobre a sociedade! Mães exercem trabalho de cuidado. Essa mãe que está dentro da universidade está exercendo, ao mesmo tempo, o processo formativo e o processo de cuidado, de gestão da vida dentro da sociedade.

Então, não dá para olhar para essa pessoa da mesma forma que se olha para alguém que não tem essas preocupações no dia a dia. São processos completamente diferentes do que a gente tinha há 20 ou 30 anos dentro das instituições. Não é mais o mesmo alunado. São pessoas diferentes, são processos educacionais diferentes.

O que eu venho apontando nas minhas pesquisas é que existe um novo sujeito dentro das instituições. São pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, pessoas trans e travestis, pessoas de baixa renda e, dentro desse mesmo olhar, as mulheres mães. As mulheres sempre estiveram no contexto acadêmico, mas muitas vezes eram mulheres de classes mais abastadas, que puderam adiar a maternidade para realizar seu processo formativo.

“Uma pessoa que sai da Zona Oeste do Rio de Janeiro, por exemplo, para estar na Urca às 8 horas da manhã, precisa sair de casa às 4. Essa pessoa não está no mesmo pé de igualdade”.

O que a gente viu nos últimos anos, com as políticas de ampliação do acesso e da permanência no ensino superior, como o Reuni, o Sisu e as políticas de cotas, foi uma ampliação de quem pode estar dentro da universidade. Se você amplia os sujeitos que podem estar na graduação, amplia também a possibilidade de que esses sujeitos cheguem à pós-graduação. E são esses sujeitos que também precisam ser considerados pelas políticas públicas.

É importante que gestores e professores compreendam que esse sujeito não está no mesmo pé de igualdade daquele que não enfrentou as mesmas dificuldades para entrar e permanecer na universidade. Uma pessoa que sai da Zona Oeste do Rio de Janeiro, por exemplo, para estar na Urca às 8 horas da manhã, precisa sair de casa às 4. Essa pessoa não está no mesmo pé de igualdade.

Por isso, precisamos de políticas que olhem para esse sujeito de forma diferenciada no campo da permanência. E permanência é pensar em tudo; toda a estrutura pedagógica, toda a estrutura de saúde que as universidades oferecem. Tudo isso precisa ser visto e revisto.

Então, meu recado seria esse: olhem com um novo olhar, porque nós temos novos sujeitos dentro da universidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação. São pessoas diferentes.

É aquilo que algumas pessoas falam: *“Antigamente, meu filho nunca seria doutor. Hoje em dia, o filho do pedreiro é doutor”*. Eu sou filha de pedreiro com costureira e sou doutora. Então, precisamos olhar para esse sujeito de uma forma diferenciada.

Mithaly: Não tem como fazer política pública de permanência sem dados. E, no caso da maternidade nas universidades, esses dados ainda são muito escassos. Muitas vezes, são os próprios movimentos e pesquisadoras que precisam produzi-los. Você é autora do Atlas da Permanência Materna nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Como surgiu essa iniciativa e quais foram os principais achados?

Kamila: O Atlas é algo peculiar porque ficou de fora da minha tese. Eu fiz o levantamento ao mesmo tempo em que produzia a tese, justamente por causa da dificuldade de encontrar dados.

Quando comecei a procurar quais eram as instituições que tinham políticas de permanência para a pós-graduação, percebi que não havia esse dado em lugar nenhum. E aí pensei: *“Tudo bem. O que eu posso fazer a partir disso? Criar esse dado”*.

O processo não foi fácil e levou alguns anos. Primeiro, eu entrava nos sites e pesquisava se havia alguma política de permanência para mães. E geralmente dava de cara com “sim” ou “não”. Nesse “sim”, muitas vezes a política era apenas para a graduação.

Meu olhar, inicialmente, nem era o de produzir um Atlas. Era fazer um levantamento para saber se existiam políticas para a pós-graduação, porque era esse o olhar da minha tese.

Depois que concluí a tese, conversando com a Ivana Moura, contei que tinha um sonho de fazer um Atlas, de fazer um livro. Mencionei esses dados do levantamento que ela já tinha visto, e ela falou: *“Kamila, acho que isso aqui dá um livro. Vamos olhar com calma”*.

Quando começamos a olhar, ela percebeu: *“Isso aqui compõe um Atlas. Ele dá um panorama geográfico dessa política”*.

E aí começamos a fazer. Fizemos um processo de categorização e revisão e, como eu não achava justo publicar um Atlas desatualizado, fui atualizar todos os dados de todas as universidades federais.

Encontramos muita dificuldade para localizar essas informações de forma acessível. Em cerca de 50% dos dados, precisei olhar edital por edital de bolsas para conseguir encontrar as informações.

O problema é que esses dados não são uniformes e não estão disponibilizados de forma acessível. E, quando você pergunta por meio da Lei de Acesso à Informação, muitas vezes nem os próprios órgãos têm esses dados. Eles ficam encaminhando a solicitação de um lugar para outro, até que a resposta final é que eles não têm essa informação.

Quando o Atlas foi publicado, gerou-se um burburinho em várias universidades. Recebemos notícias de que estava sendo visto por pró-reitores e chegando até aos reitores. E por quê? Porque não existe esse dado dentro das próprias universidades.

As universidades que ainda não tinham políticas ficaram constrangidas. Porque, se existe uma legislação que estabelece a necessidade de políticas de permanência e parentalidade, onde está essa política? Onde está o dinheiro destinado a isso?

Todos esses questionamentos surgiram a partir do Atlas.

Mithaly: Qual dado mais te chamou a atenção?

Kamila: Um dos dados que mais me chamou atenção foi o valor das bolsas. Quando iniciamos o levantamento, o menor valor que encontramos era de R\$ 55. Havia uma universidade pagando esse valor de auxílio-educação infantil. O que uma mãe ou um pai faz com R\$ 55?

Quando fizemos a atualização, o menor valor encontrado era de R\$ 120. Ainda é um valor irrisório.

Uma crítica que faço – e acho que qualquer pesquisadora de maternidade faz – é que esses dados tiveram grande repercussão justamente na época do Dia das Mães. Foi uma escolha estratégica nossa publicar nesse período, porque parece ser o único momento do ano em que se pensa em política de permanência para mães.

Passa o Dia das Mães e a gente não ouve mais falar. Cadê os grupos de trabalho criados para pensar a parentalidade na universidade? Cadê as políticas que geraram todo aquele constrangimento? Sumiu.

Para quem quiser se aprofundar, basta olhar o Atlas. A Ivana organizou tudo de uma forma muito visual. Você abre, olha e entende as informações rapidamente.

Acho que é uma leitura muito valiosa para quem quer estudar maternidade – não porque fui eu que fiz, mas porque realmente é uma fonte importante.

Mithaly: Acho que a grande importância do Atlas, para nós que somos pesquisadoras e também ativistas, é justamente esse constrangimento. Quando uma universidade não tem essas políticas, existe uma perda política muito grande.

E, se formos esperar que as próprias instituições produzam esses dados, provavelmente eles não serão produzidos. O fato de não ter dados também é um dado. Quando produzimos essas informações, criamos ferramentas para que estudantes, coletivos e movimentos possam cobrar das universidades. E, nesse sentido, queria saber: quais são os próximos passos? Vem aí um Atlas 2.0?

Kamila: É isso. Acho que precisamos montar esse segundo Atlas. Ele já está sendo construído e já temos uma parte dos dados. Mas o que respondi, inclusive em uma audiência pública, é que precisamos de verba para fazer esse trabalho. Precisamos de comprometimento das próprias instituições porque, como eu disse, o doutorado hoje em dia não garante muita coisa. Temos muitas companheiras no Núcleo que são extremamente potentes, mas que não têm bolsa, não têm financiamento.

Para fazer esse trabalho, existe um custo financeiro, mas também um custo emocional, pessoal e físico. Para sentarmos diante de um computador e produzirmos pesquisa, precisamos de alguém cuidando dos nossos filhos. Nós não somos pesquisadoras sem demandas. Nós temos demandas.

Eu precisaria, por exemplo, de uma cuidadora para o meu filho para poder dedicar um dia inteiro a esse trabalho. Então, qualquer demanda que exija que a gente pare o nosso dia para produzir pesquisa precisa de dinheiro.

E a universidade, os gestores e os governos não parecem interessados em financiar pesquisas que façam esse tipo de aprofundamento.

Porque o que essas pesquisas vão mostrar? Que as mulheres exercem trabalho de cuidado gratuitamente. Essas mulheres estão exercendo um trabalho que é lucrativo para a sociedade, porque estão fazendo o trabalho de várias pessoas sem receber nada por isso. Sem nenhum reconhecimento, apenas pelo amor.

Pelo mito do amor materno, pelo mito do amor incondicional.

Mithaly: Imagina se as mulheres descobrem isso.

Kamila: A grande maioria das mulheres precisa descobrir isso.

O meu sonho era que as mulheres entendessem que é possível – e necessário – receber pelo trabalho que fazemos, seja ele o cuidado de uma criança, de uma pessoa idosa, de uma pessoa doente ou de qualquer outra pessoa.

“Para fazer esse trabalho, existe um custo financeiro, mas também um custo emocional, pessoal e físico. Para sentarmos diante de um computador e produzirmos pesquisa, precisamos de alguém cuidando dos nossos filhos [...] Nós temos demandas”.

“Não deixem de seguir os seus sonhos, não deixem de seguir os seus estudos, porque, por mais difícil que seja com o diploma, é pior ainda sem ele”.

Nenhum profissional trabalha sem receber. Você não vai contratar uma diarista para trabalhar na sua casa e dizer que vai pagar com um abraço. Mas nós trabalhamos diariamente apenas com o afeto dos nossos filhos e dos nossos companheiros. A gente trabalha diariamente pelo amor.

E que amor é esse? É o amor construído pelo mito do amor incondicional.

Isso não significa que não amamos nossos filhos. Nós amamos. Mas amar não deveria significar que todo o trabalho de cuidado precisa ser realizado gratuitamente. Nós amamos os nossos filhos, sim. É uma construção, a gente vai construindo esse amor pelos nossos filhos. Mas seria muito bom que a gente pudesse receber por isso também.

Mithaly: Até porque isso é um trabalho. É realmente um trabalho. Movimenta a nossa sociedade. Sem o trabalho das mães, não existe sociedade, não existe nem o nosso sistema.

Kamila: O que move são os trabalhos de cuidado. É exatamente isso que a gente está conversando. Se a universidade tivesse esse olhar crítico sobre o trabalho do cuidado, se o governo tivesse esse olhar mais crítico, a gente não teria as situações que temos hoje.

Mithaly: Para encerrar: que mensagem você deixa para as mães que vão ler este boletim?

Kamila: Por mais desesperançosa que eu tenha aparecido, não deixem de seguir os seus sonhos. Se você tem um sonho, se você quer estudar, se você quer se formar, faça isso por você. Não deixe de concluir os seus estudos e não confie na ideia de que alguém vai te sustentar. Porque essa pessoa pode ir embora e você pode ficar sem nada. Então, faça por você, porque ninguém vai fazer.

O que eu venho falando hoje para as minhas alunas, o que eu venho pregando na vida, é: não deixem de seguir os seus sonhos, não deixem de seguir os seus estudos, porque, por mais difícil que seja com o diploma, é pior ainda sem ele. Não deixem de fazer aquilo que vocês querem fazer para as suas vidas, porque é imprescindível que vocês possam ter independência financeira.



Prof.^a Dr.^a Kamila Eulalio em audiência na ALERJ - Arquivo pessoal

ATLAS DA PERMANÊNCIA MATERNA

NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Diagnóstico da oferta de políticas de permanência materno-parentais, infraestrutura de cuidado e benefícios institucionais nas 69 Universidades Federais brasileiras.



PANORAMA GERAL



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA MATERNO-PARENTAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (UFs)



1/3

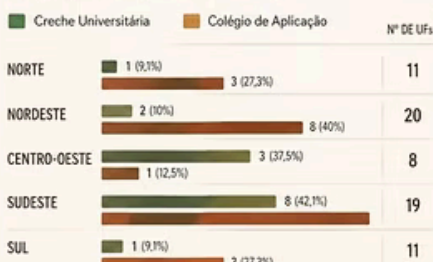
A maioria das universidades adota auxílios financeiros como principal estratégia, com pouca oferta de infraestrutura física de acolhimento.

POLÍTICAS NA GRADUAÇÃO X PÓS-GRADUAÇÃO

Presença de políticas de permanência materno-parentais



ESTRUTURAS DE CUIDADO POR REGIÃO



- Centro-Oeste lidera em creches (percentual).
- Sudeste e Nordeste lideram em colégios.
- Norte e Sul têm os menores índices de creches.

2/3

DISTRIBUIÇÃO ESTADUAL DAS ESTRUTURAS

Creches Universitárias Colégios de Aplicação

CRECHES UNIVERSITÁRIAS



COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

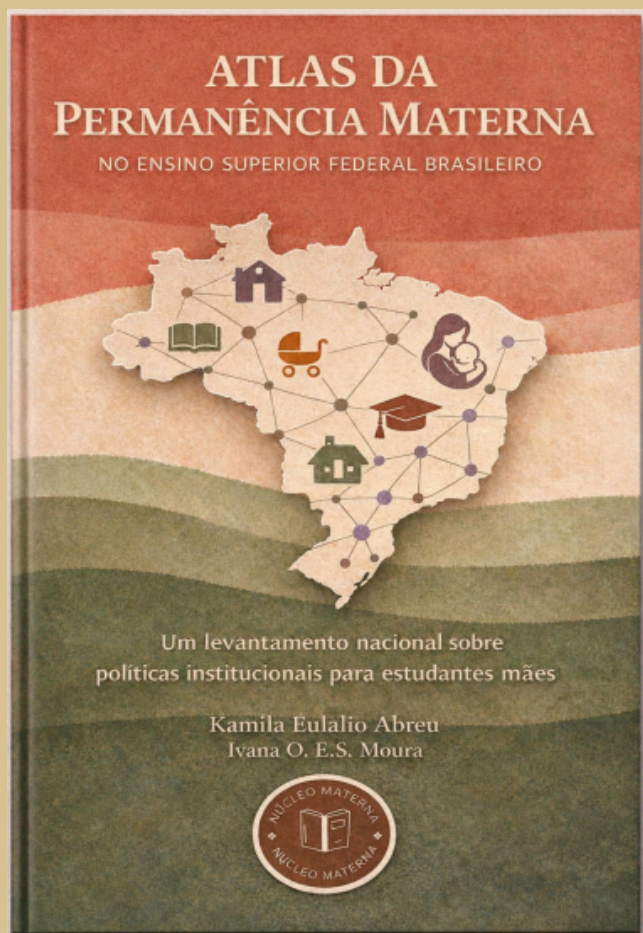


A ausência de padrão territorial para creches revela que sua criação é fruto de iniciativas isoladas e não de uma política nacional estruturada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



3/3



Acesse o Atlas pelo QR Code



Biografia da autora



Kamila Eulalio Abreu é mãe da Helena e do Henrique. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha de pesquisa Políticas e Instituições Educacionais, e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na linha Política, História e Cultura em Educação. Licenciada em Ciências Sociais, possui experiência docente na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e atua como professora de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Atualmente, é pós-graduanda em Psicopedagogia e em Relações Étnico-Raciais. Atua como coorientadora no Programa Acolhe UNIRIO, Compõe o quadro de coordenação do Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - NÚCLEO MATERNA e é pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES/UFRJ), desenvolvendo pesquisas e ações de acolhimento e permanência estudantil. Suas áreas de interesse e atuação abrangem a Sociologia da Educação, juventudes, maternidade universitária, permanência estudantil, políticas públicas, gênero e cuidado. Desenvolve pesquisas qualitativas voltadas à compreensão das desigualdades educacionais, das relações entre maternidade e educação superior e das políticas institucionais de acesso e permanência. Possui produção científica em periódicos e capítulos de livros, com investigações centradas nas trajetórias educacionais de jovens e mães universitárias, bem como nos desafios e nas estratégias de permanência de grupos historicamente sub-representados no ensino superior.



Resenha de filme

Precisamos falar sobre o Kevin

Precisamos falar sobre o Kevin, mas também sobre a Eva (mãe) e os Franklins (pais): infância e maternidade retratada no cinema.



Por Profª. Mª. Mithaly Corrêa

Precisamos Falar sobre o Kevin é um filme de 2012, dirigido por Lynne Ramsay, que conta a história de Eva, uma mulher que aparentemente não desejava a maternidade e que, ao engravidar, precisa lidar com um filho que, desde muito cedo, parece fugir radicalmente do ideal de criança e, posteriormente, de jovem construído pela sociedade. Ao se descobrir grávida, Eva tenta se integrar ao universo das gestantes, mas não parece encontrar pertencimento. A protagonista não demonstra entusiasmo com a gravidez e parece, ao mesmo tempo, construir expectativas sobre como seria seu filho e sua experiência de maternidade. Isso é particularmente interessante porque, inseridas em uma sociedade em que ser criança ou jovem carrega uma série de estereótipos que constituem essas categorias no imaginário social, parece praticamente impossível escapar da idealização da criança que está por vir - seja essa maternidade desejada ou não.

Sobre essa idealização da infância, Abramowicz (2020, p.7), no artigo Crianças e Guerra: as balas perdidas!, afirma:

Esta ideia de criança que emergiu condiciona e constrói uma imagem de pensamento e foi fruto de disputas de muitas forças: epistemológicas, teológicas, pedagógicas, filosóficas. E, quando tal forma de criança emerge, há uma construção que se faz hegemônica, que lhe imprimiu uma cor



Foto: Reprodução da Internet

um jeito de ser, uma forma e conteúdos construídos sob a denominação de "natureza humana" na qual supostamente alguns se (re)conhecem em alguns valores que se imprimem na criança, entre eles a bondade, a ingenuidade, a pureza... Imenso o esforço para preencher subjetivamente esta forma criança [...]

Ou seja, existe uma idealização do que é ser criança. Essa idealização é uma construção social e cultural, constantemente disputada, que imprime determinados valores apresentados como universais a essa categoria.

Deste modo, a partir do nascimento de seu filho, Eva se depara com uma criança que parece fugir de todos esses valores atribuídos à infância. Kevin não reage às brincadeiras, aos estímulos e aos afetos oferecidos pela mãe. Não corresponde à imagem da criança bondosa, ingênua e pura.

Ao identificar esse “desvio”, Eva busca incessantemente estimular o filho, mas suas tentativas parecem não encontrar resposta.



Resenha de filme

Precisamos falar sobre o Kevin



Foto: Reprodução da Internet

Não corresponde à imagem da criança bondosa, ingênua e pura. Ao identificar esse “desvio”, Eva busca incessantemente estimular o filho, mas suas tentativas parecem não encontrar resposta.

Uma das cenas mais marcantes do filme acontece quando Kevin ainda é bebê e chora incessantemente. Encarregada dos cuidados do filho e aparentemente sobrecarregada física e mentalmente, Eva faz de tudo para acalmá-lo. Em determinado momento de desespero, Eva estaciona o carrinho de bebê próximo a um canteiro de obras e tenta abafar o choro do filho com o barulho de uma retroescavadeira.

O fato é que Kevin não corresponde ao ideal de criança e, posteriormente, de jovem que tanto Eva quanto a sociedade esperam. Eva, que aparentemente sequer desejava ser mãe, precisa lidar com uma maternidade que lhe foi imposta e com um desafio para o qual não encontra suporte.

Ela busca ajuda com seu companheiro, Franklin, pai de Kevin, tentando explicar que o comportamento do filho não parece ser típico. O pai, entretanto, ignora as tentativas de Eva e se exime da responsabilidade, fazendo com que o peso do cuidado recaia sobre ela - algo que, infelizmente, estamos acostumadas a observar cotidianamente.

Eva também busca ajuda médica, sem sucesso, e se vê sem rede de apoio, sem o auxílio efetivo do genitor e sem qualquer intervenção mais ampla do Estado. Sozinha, tenta cumprir o papel que lhe foi socialmente designado: o de responsável pelo cuidado, pela educação e, inclusive, pela resolução dos problemas apresentados pelo próprio filho.

Como não sou da área da Psicologia, não pretendo aprofundar nos aspectos psicológicos de Kevin ou estabelecer qualquer diagnóstico a partir de seu comportamento.

O que me interessa, nesta resenha, é observar a dinâmica de responsabilização que atravessa a relação entre Eva, Kevin, Franklin e a própria sociedade.

As violências praticadas por Kevin são direcionadas, em grande medida, à mãe, que se torna sua principal vítima. Eva, por sua vez, não encontra apoio. E, sem suporte, essa violência se intensifica até alcançar dimensões que ultrapassam a própria família e atingem toda a comunidade.

É justamente quando a violência de Kevin deixa de atingir apenas Eva e passa a afetar a coletividade que a mãe se torna, paradoxalmente, a grande culpada. Toda a comunidade se volta contra Eva, responsabilizando-a pelos atos do filho.

Mas é preciso lembrar que, desde os primeiros dias de vida de Kevin, foi ela quem esteve encarregada de sua criação e de seus cuidados, praticamente sem suporte.

Embora casada com Franklin, a figura paterna no filme parece funcionar quase como uma alegoria da omissão.



Resenha de filme

Precisamos falar sobre o Kevin



Foto: Reprodução da Internet

Ela está presente, mas se abstém das responsabilidades relacionadas ao filho e chega a atribuir a Eva a falta de afeto e o descaso que percebe na relação entre mãe e filho.

O célebre ditado “*quem pariu Mateus que o embale*” expressa justamente a tentativa da sociedade de se eximir da responsabilidade coletiva pelo cuidado de crianças e jovens. Enquanto são pequenos, eles são apresentados como responsabilidade quase exclusiva de suas mães.

Mas, quando crescem, espera-se que se tornem sujeitos produtivos, ingressem no mercado de trabalho e contribuam economicamente para a comunidade e para o país.

É como se “Mateus” só passasse a ser reconhecido como membro da sociedade quando estivesse em condições de contribuir produtivamente para ela.

Antes disso, seu cuidado é privatizado e atribuído exclusivamente à família - e, dentro dela, principalmente à mãe.

Mas o que acontece quando “Mateus” cresce e não corresponde às expectativas sociais? Quando, ao contrário, volta-se contra a própria comunidade? A responsabilidade retorna imediatamente para a mãe.

É ela quem precisa explicar o “desvio”, justificar a criação, responder pelos atos e carregar a culpa por aquilo que a sociedade inteira se recusou a assumir como responsabilidade coletiva.

Por isso precisamos falar sobre Kevin, mas também precisamos falar sobre Eva, sobre Franklin, sobre as instituições e sobre toda a sociedade. Precisamos falar especialmente sobre a forma como distribuímos - ou deixamos de distribuir - as responsabilidades pelo cuidado.

Isso porque, enquanto ignoramos os Kevins, passamos a mão na cabeça dos Franklins omissos e culpabilizamos as Evas, continuamos tratando o cuidado como uma responsabilidade privada das mulheres e seus resultados como um problema individual das mães.

Ao invés de nos perguntarmos “*o que há de errado com Kevin?*”, precisamos perguntar o que há de errado na sociedade que produz, naturaliza e individualiza essas responsabilidades?

Precisamos, sim, falar sobre Kevin. Mas precisamos também falar sobre quem deveria ter estado ao lado de Eva.

Referências:

ABRAMOWICZ, Anete. Crianças e guerra: as balas perdidas! *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1-14, maio 2020.



Artigo da edição

Por Marcella Sandim

Saúde Mental Materna: de amortecedoras sociais à buscadoras de paraquedas



Por Psi. M^a. Marcella Sandim

Estava rolando tela no Instagram, quando uma imagem monocromática prendeu a minha atenção. A foto do pulso marcado, seguida por uma carta de despedida com a frase na legenda “setembro amarelo | eu quase não estive aqui”, seria também um convite de uma mulher-mãe à permanência na vida e reforçaria aspectos importantes da saúde mental materna.

Há um silêncio comum às mães, percebido com alguma regularidade nas relações e interações pessoais e profissionais que construo com essas mulheres. A maternidade, no formato que a sociedade produz, não permite a manifestação da dor físico-mental-espiritual, como também desautoriza a experimentação da autenticidade e do prazer. Desta forma, não há via de expressão possível para compartilhar suas experiências, suas emoções e para a manutenção da própria vida.

Descritas por Grose (2020) como “amortecedores de choque” da nossa sociedade (cenário da Covid-19) — e apesar do contexto temporal, mulheres, sobretudo as mães, estão exaustas, sem rede, sobrecarregadas, sem espaço para o descanso, com múltiplas jornadas, precisando garantir a sobrevivência da criança, lidando com descasos e violências de diferentes ordens.



Foto: elaborada com auxílio da IAG - ChatGPT

Considerando uma perspectiva global, a partir do psiquiatra Maté (2022), existe um abismo de gênero na saúde, com mulheres sujeitas ao triplo de doenças crônicas e ao dobro da incidência de ansiedade, depressão e Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) se comparadas aos homens. Ele explica que o mecanismo de autossupressão é produzido nas mulheres ainda na primeira infância e, ao ser reforçado por um condicionamento social, elas desenvolvem o autossilenciamento, o autossacrifício em prol de outros e uma grande preocupação com aceitação social.

Nos pesadelos de uma vida sem sentido, quando o céu está ficando baixo demais, Krenak (2019) nos convoca a empurrá-lo e a respirar. Ao mesmo tempo que nós, as mães, tentamos empurrar o céu, existe um chão se abrindo sob nossos pés. E a partir da sensação esmagadora e da ausência de uma estrutura que nos ampare, pode parecer atraente a finitude da vida.



Artigo da edição

Por Marcella Sandim



Foto: Acervo Canva

O que é importante compreendermos sobre saúde mental é que esta também se faz a partir dos determinantes sociais. As condições em que as mulheres nascem, se desenvolvem, trabalham, vivem, maternam, envelhecem, bem como os sistemas que inscrevem e operam essas condições, influenciam diretamente na qualidade de vida e na saúde, ou ainda, no adoecimento.

Sob o risco de reproduzirmos uma interpretação equivocada que individualiza e patologiza o que também é social e político, faz-se necessário considerar que nenhum dado em saúde mental materna no Brasil pode ser lido fora do campo interseccional.

Quais Mulheres?

A pesquisa **Nascer no Brasil II**, conduzida pelo Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz (2023-2024), mostra que a razão da mortalidade materna entre mulheres negras é mais que o dobro da observada em mulheres brancas, com óbitos concentrados em hospitais públicos das regiões Norte, Nordeste e Sudeste e entre mulheres com maior vulnerabilidade social.

Abordar temas em saúde mental perinatal e materna é considerar também a justiça reprodutiva, que inclui: o direito de gestar, parir, adoecer com dignidade, ter garantido acesso digno à saúde, escuta, ausência de violência institucional, independentemente da raça, território ou renda.

Ciclo perinatal

Uma pesquisa realizada com 358 gestantes brasileiras apontou ideação suicida em 7,8% das participantes, e os fatores associados

apontam violência doméstica, histórico de violência na infância e gravidez não planejada (Fonseca-Machado et al., 2015). O suicídio está entre as principais causas de morte materna no primeiro ano após o parto, correspondendo a cerca de 20% dos óbitos maternos nesse período (Grillo et al., 2024). Os avanços obstétricos não foram acompanhados por avanços no cuidado com a saúde mental.

Dados nacionais apontam que a ideação suicida e o suicídio no ciclo gravídico-puerperal são pouco monitorados, revelando, diante da lacuna estrutural, um Estado que negligencia o sofrimento psíquico perinatal e materno.

Mães atípicas

Outra camada importante para pensarmos a saúde mental materna, e que raramente entra nas campanhas, são as mães de crianças com deficiências ou com transtornos do desenvolvimento.

A literatura brasileira converge nos pontos a seguir: sobrecarga física e psíquica, isolamento social, falta de rede de apoio, barreiras de acesso à saúde e despreparo institucional (Barbosa et al., 2025). Estudos apontam ainda tendência ao abandono ou à redução drástica da vida profissional.



Artigo da edição

Por Marcella Sandim

Amarelo é atenção

A campanha Setembro Amarelo, como símbolo da prevenção ao suicídio, surgiu em 1994 nos Estados Unidos e deu origem ao movimento internacional, oficializado no Brasil em 2015, com a participação do Centro de Valorização da Vida (CVV), da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e do Conselho Federal de Medicina (CFM); desde então, ocupa o calendário de saúde pública no Brasil (CVV; ABP; CFM, 2015).

Apesar de toda a trajetória significativa, a promoção da saúde mental e a prevenção ao suicídio poderão ser impactadas a depender de cada contexto. As condições diante da distribuição de renda, do acesso educacional e das políticas de habitação, por exemplo, não são resultados de processos individuais, mas dos acessos garantidos pelo Estado e compõem o campo onde a mulher-mãe, também como ser individual, subjetivo, estará inserida.

Essa perspectiva permite ampliarmos o olhar para a complexidade e importância do cuidado em saúde mental, pensando a mulher-mãe como um ser relacional, que não apresenta apenas uma dimensão intrapsíquica, mas uma dimensão de ser em relação ao seu entorno, onde cultura e campo social influenciam diretamente na sua qualidade de vida.

Empurrando o céu coletivamente e construindo nosso próprio chão

Gosto de pensar a promoção de saúde mental confluindo diferentes perspectivas e saberes. Seguindo a tentativa de suspender o céu apresentada por Krenak

(2019), ele ensina que, para suspendê-lo, é necessário ampliar nosso horizonte existencial, criar encontros criativos que nos animem e deem coragem, e assumir um compromisso com a vida. E diante da queda certa, que a gente possa descobrir paraquedas, não para evitar a queda, mas para transformá-la minimamente em alguma experiência possível de prazer e diversão. Onde encontrar? Generosamente ele nos diz: “um outro lugar onde a gente possa habitar essa terra dura (...) no sentido de reordenamento das relações e dos espaços (...) em um outro fim de mundo possível” (KRENAK, 2019).

Referências

- BARBOSA, Priscila Cardoso Parente et al. Mães atípicas: desafios da maternidade. ID on Line — Revista de Psicologia, v. 19, n. 77, p. 98-111, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde; FIOCRUZ. Pesquisa Nascer no Brasil II: Inquérito Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), 2023-2024.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP); CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Campanha Setembro Amarelo. 2015.
- FONSECA-MACHADO, Maria de Oliveira et al. Depressive disorder in pregnant Latin women: does intimate partner violence matter? Journal of Clinical Nursing, v. 24, n. 9-10, p. 1289-1299, 2015.
- GRILLO, Maria Fernanda Ronchetti; COLLINS, Samira Mohamad Bjaige; ZANDONAI, Vanessa Regina; ZENI, Gustavo; ALVES, Lucas Primo de Carvalho; SCHERER, Juliana Nichterwitz. Análise de fatores associados à saúde mental em gestantes e puérperas no Brasil: uma revisão da literatura. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 73, n. 2, e20230098, 2024.
- GROSE, Jessica. Mothers Are the 'Shock Absorbers' of Our Society. The New York Times, 14 out. 2020.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MATÉ, Gabor; MATÉ, Daniel. The Myth of Normal: Trauma, Illness, and Healing in a Toxic Culture. Nova York: Avery, 2022.



Relato de Experiência



Por Livia Maria | Extensionista do projeto “Mães na Universidade” da UFRJ

Existe uma Livia antes e outra depois da Jade. O tempo demarca com clareza essas duas versões, mas, ainda assim, reconheço a permanência da mesma estrutura: sou a mesma, no entanto outra. Recentemente, enquanto colocava Jade pra arrotar em meu colo, me deparei com essa frase em uma publicação no Instagram - publicação daquelas que colocam a gente pra refletir, sabe?

— como é possível sustentar ser uma e, simultaneamente, dizer-se outra?

Nesse sentido, acho que essa reflexão se encaixa perfeitamente no que tenho vivido agora em relação a minha trajetória universitária.

Hoje me percebo dividida em três tempos distintos: a Livia antes da gestação, a Livia grávida e, agora, a Livia com a Jade nos braços.

Entendo que “meu eu” se manteve aqui, mas foi de certa forma (re)configurado, sabe? Não me tornei outra apenas pelo fato de ter tido uma filha, mas porque me constituí outra ao longo de todo esse processo de transformação.

Tem sido doloroso vivenciar o cotidiano acadêmico à distância. Mesmo que a “presença” e o apoio dos meus amigos tornem esse processo menos árduo, ainda me pego projetando como seria estar ali, partilhando presencialmente daquelas vivências - ainda mais em meu penúltimo período(teoricamente). Nessa loucura toda, surge por vezes, um sentimento conturbado de culpa por pensar assim — como se desejar aquele espaço significasse rejeitar a maternidade. Mas acredito que passe longe disso. O amor que sinto pela Jadoca é tão absurdo que se “transforma” justamente na urgência de me manter ativa, na esperança de construir um futuro melhor para ela e mostrar pra ela as tantas versões que a mãe dela assume e que ela pode assumir também.

Sobre a autora:

Livia Maria é extensionista do Projeto Mães na Universidade da UFRJ e está vivendo o puerpério enquanto busca conciliar a maternidade com as atividades universitárias.



Onde estão as mães artistas?



Por Cecília Maraújo /
Extensionista do projeto
“Mães na Universidade” da
UFRJ

Sobre a coluna:

Essa coluna surge a partir do desejo de dar visibilidade às artistas-mulheres-mães da academia, muitas vezes empurradas para longe desses espaços por falta de políticas estudantis que se adequem à realidade materna.

A maternidade com dignidade é um direito básico e a articulação com demais projetos e sonhos não deveria ser dificultada por discursos e narrativas excludentes. É objetivo do projeto de extensão Mães na Universidade que os espaços artísticos e acadêmicos possam ser cada vez mais ocupados por mães e pessoas que cuidam, num exercício de inserção, legitimação, continuidade e permanência dessas sujeitas.

Sua investigação parte do ser humano, de sua subjetividade e de sua psique, compreendendo a arte contemporânea como uma ferramenta potente e libertadora no processo de autoconhecimento.

Em sua poética, aborda temas como relações humanas, ancestralidade, maternidade, questões femininas, espiritualidade, psicanálise, física, tecnologia, corpo, território e os processos de construção da subjetividade.

A experimentação de materiais e linguagens faz parte de seu processo criativo, no qual a arte se apresenta como espaço de investigação, experiência e transformação.

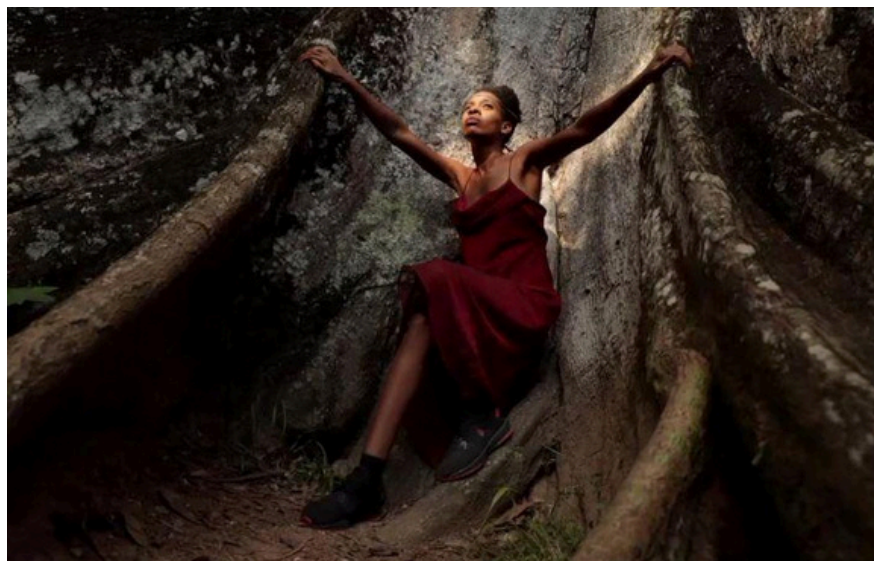


Foto da artista, arquivo pessoal.

Nesta primeira edição, a artista contemplada foi **Pamella Magno**, ela é estudante de graduação pela EBA, na UFRJ, é multiartista, performer, artista visual, atriz, produtora e pesquisadora de linguagens. Possui formação em Comunicação, Cinema e Ciências Sociais, desenvolvendo uma prática multidisciplinar que dialoga com diferentes campos da criação.



Pamella Magno, Portal 432 Hz, instalação sonora que funciona como emissor e receptor de frequências fm e vhf, 2020.



MEC lança relatório elaborado pelo GT da Política Nacional de Permanência Materna



Por Andresa Sigarini | Extensionista do projeto “Mães na Universidade” da UFRJ

O relatório foi elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) da Política Nacional de Permanência Materna no Ensino Superior e lançado em Julho de 2026 pelo MEC (Ministério da Educação). A política desenvolvida pelo MEC visa garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos superiores para estudantes com filhos, principalmente mulheres, que necessitam conciliar os estudos com a rotina de cuidados infantis sem uma rede de apoio. O GT tem como objetivo produzir estudos técnicos a partir do levantamento de dados nacionais relacionados à evasão estudantil de estudantes com filhos, possibilitando a implementação de políticas públicas

voltadas para a permanência de estudantes mães e/ou pais no ensino superior.

De acordo com a notícia, a pesquisa ouviu 7.648 pessoas de todas as regiões do país, sobretudo mulheres — representando 86,52% dos respondentes —, grupo sobre o qual recai majoritariamente a responsabilidade do cuidado com os filhos. A maioria dos estudantes são de universidades públicas federais (79,5%), matriculados em cursos presenciais (92,8%) e no turno noturno (43,3%) ou integral (29,6%). Um dos principais dados evidenciados no relatório diz respeito à necessidade de trancar ou desistir da formação por conta da ausência de recursos e apoio para concluir o curso — somando um total de 47,5% dos estudantes. Outro dado de relevância é que 55,8% dos entrevistados já precisaram levar seus filhos para a universidade.

Portanto, o documento elaborado apresenta dados e estratégias para o enfrentamento da evasão estudantil de estudantes por conta dos cuidados com os filhos, o desgaste emocional, questões financeiras, etc. Uma das propostas prevê a criação de espaços físicos como cuidadoteca/brinquedotecas nas universidades públicas para o acolhimento de crianças e apoio às mães e pais, além de propostas para auxílio financeiro à esse público.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/maternidade-475-das-mulheres-ja-trancaram-ou-aba/>



Capa do Relatório (clique na imagem para acessar o relatório completo)



Pesquisadora Luana Fontel recebe Prêmio Tese da Capes com a tese “Mães que Escrevem a Amazônia de Sal”



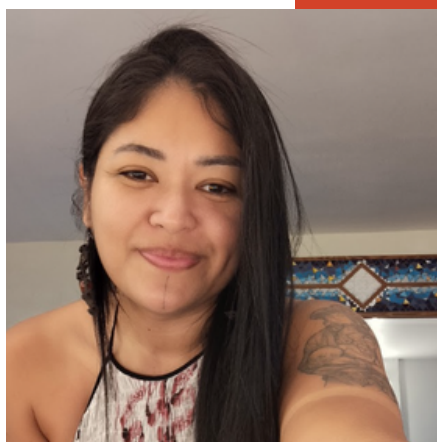
Por Profª. Mª. Mithaly Corrêa

A tese **"Mães que escrevem a Amazônia de Sal"**, desenvolvida pela profª Drª Luana Fontel Souza no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada (PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conquistou o **Prêmio CAPES de Tese 2026** na área de Linguística e Literatura. O trabalho aborda a maternidade, a intelectualidade indígena e as dinâmicas de linguagem na Amazônia, e foi realizado sob orientação da professora Adriana Carvalho Lopes (PIPGLA/UFRJ).

Fontel também é autora da dissertação **"Mães na Universidade: Performances Discursivas Interseccionais na Graduação"**, grande referência dos estudos da maternidade. A dissertação, publicada em 2019, é fruto do seu mestrado e foi desenvolvida no mesmo programa.

Luana Fontel

Estudante Anambé, Licenciada em Letras (UFPA/Bragança), com passagem pelo curso de Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), mestra e doutora em Linguística Aplicada (PIPGLA/UFRJ). Desenvolve pesquisa de campo na Amazônia de Sal, no Estado do Pará, com especial interesse em estudos relacionados aos movimentos intelectuais e ativistas de mães negras e indígenas na luta por autonomia. É membro do Coletivo de Estudos em Letramentos Contemporâneos (CELEC). Foi bolsista DS e PDSE da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da qual realizou estágio doutoral no Programa de Estudos Feministas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal. É curadora da Rede de Projetos Estudos da Maternidade, cujo foco é auxiliar mães e pessoas que cuidam a concluírem seus estudos de nível superior. Leciona cursos livres sobre o tema da "Maternidade" em suas dimensões interseccionais, experimentando-o através das teorias das Ciências Humanas e Epistemologias Feministas Latinoamericanas, desde 2019.





Resenha da Obra:

“Mães que escrevem a Amazônia de Sal” de Luana Fontel.



Por Marjorie de Oliveira |
Extensionista do projeto “Mães na
Universidade” da UFRJ

O artigo da nossa primeira edição, intitulado “Mães que escrevem a Amazônia de Sal”, foi escrito pela autora Luana Fontel, como sua tese de doutorado. Mestre e doutora em Linguística aplicada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua área de pesquisa está localizada no debate das epistemologias ancestrais – ou seja, os saberes e a cultura herdados e realizados até hoje – com mulheres mães de sua região de origem, Amazônia Sal, analisando também a maternidade e sua relação com os atravessamentos de gênero, raça e classe.

A pesquisa de Luana se desdobra em objetivos complexos de compreender como a subjetividade de mulheres pretas e indígenas também se correlaciona com a produção de saberes, saberes esses, que dentro do que bem conhecemos, sempre foram considerados “não saberes”.

A partir de uma perspectiva colonial, branca e europeia, as mulheres indígenas e negras foram submetidas a um dado papel esperado, o papel da submissão interligada ao processo de subalternização racial e étnica. Reconhecer e trazer as histórias, vivências, experiências e modos de viver, sentir e enxergar o mundo dessas mulheres se torna um dever essencial e também coletivo. É preciso descolonizar os saberes e a produção do conhecimento acadêmico.

O texto de Luana traz consigo a bagagem realista, quase como um balde de água fria, desde o nascimento até a maternidade, o apagamento, a

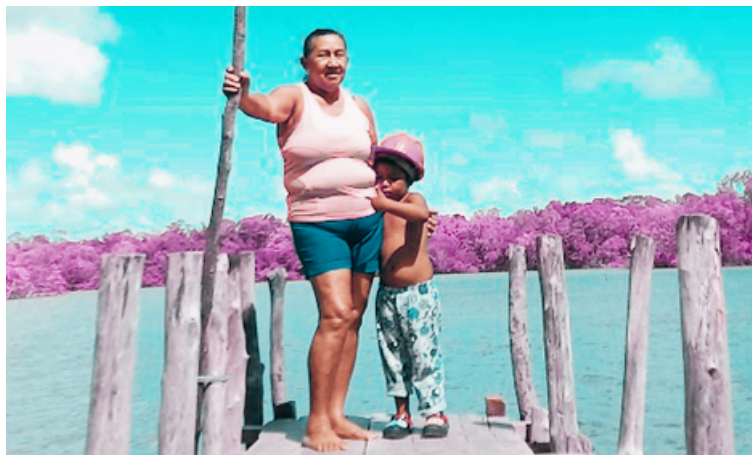


Foto: Fontel, 2025.

“A maternidade mudou meu nome, minha individualidade, minha aparência. Ressecou meus lábios que desaprenderam a beijar, a cantar e a sorrir. A maternidade criou uma fronteira intransponível entre mim e o espelho do banheiro que quebrei, intencionalmente, pois já não me importavam sete anos de azar” (Fontel, pg 13).

opressão, a violência e os legados carregados e vivenciados no peito de mulheres negras e indígenas, acerca de seu território e suas relações sociais.

Dentro de uma criação conservadora, onde garotas são ensinadas desde cedo a serem mulheres, mas que nesse caso, o “ser mulher” significa exercer desde cedo o trabalho de cuidado e ser mãe, a autora no primeiro capítulo conta sua própria história e das mulheres que vieram antes dela, como sua bisavó, sua avó e sua mãe. Refazer o caminho mental de se conectar com a ancestralidade é o ponto de partida para a autora olhar para a própria história e entender o seu lugar no mundo, sendo uma ferramenta que resgata a memória da trajetória daquelas que vieram antes, com o objetivo de mostrar que a força se mantém e que a luta continua viva (Fontel, pg 18). A rotina da maternidade e do cuidado, como dito anteriormente, sempre foi imposta às mulheres, e sabemos que para as mulheres racializadas o impacto da maternidade junto das expressões de raça e classe se entrelaçam, formando um novo tipo de existência no capitalismo.

A sobrevivência dessas mulheres é marcada por uma forte negociação da vida com a falta de tempo, de escuta e de uma rede de apoio.



Resenha Crítica

Por Marjorie de Oliveira / Extensionista do projeto
Mães na Universidade - UFRJ

No entanto, a pesquisa de Luana Fontel traz uma virada necessária: ela nos mostra que esse mesmo espaço do cuidado e da maternidade, tão marcado por sobrecargas, também foi ressignificado por essas mulheres como um lugar de afeto, resistência e transmissão de saberes profundos que sustentam comunidades inteiras (pg 59).

As mulheres negras e indígenas da região da Amazônia Sal são líderes tanto dentro da família, quanto na comunidade local, além das tarefas exigidas pela maternidade, elas são trabalhadoras que sustentam o dia a dia, realizando trabalhos como parteiras, benzedadeiras, pescadoras, costureiras e professoras locais (pg 39). Todos esses trabalhos também, de algum modo, estão ligados com o cuidado compartilhado, como a própria autora registra em seu diário de campo ao escutar as mulheres do território em que conviveu:

“Bom, minha filha, se meus conhecimentos servir aí pra tua escola, isso é uma questão aí tua né. Aqui a gente é ignorante. Aqui a gente sabe o que tem que saber pra lida né. Essas coisas realmente. Uma cura, um plantio, uma previsão aí da maré, do mangal. Tem as benzedeira aqui ainda né, que faz as cura das crianças. Mas coisa de escola só as mais novas é que vão saber te dizer. Mas se tu tá dizendo que a tua escola se interessa pelos saber aqui da velha né (riso irônico)”.

Nesse sentido, o conhecimento sobre produção de ervas, o estudo sobre o nível das marés, dos partos e formação de rezas se constituem como fundamentais na base da vida e do trabalho de mulheres e suas comunidades na região da Amazônia Sal.

Para a academia e a sociedade, tal rotina é lida como atrasada, insustentável e não-moderna, uma vez que, as teorias positivistas e a colonialidade tornaram o saber algo restrito ao poder de poucos, a partir de um desenvolvimento linear das mesmas ideias e a colonialidade tornaram o saber algo restrito ao poder de poucos, a partir de um desenvolvimento linear das mesmas ideias e fontes, desse jeito, as técnicas ancestrais dessas mulheres são vistas como “inferiores” frente o conhecimento europeu e colonial, visto como superior e correto.

Partimos disso para o ambiente da universidade: quantas vezes ouvimos que nossas experiências e vivências não devem se misturar com a produção do conhecimento científico? E que conhecimento científico, então, é esse?. Precisamos assumir, de uma vez por todas, que a nossa subjetividade entra conosco quando pisamos na academia, ela não está e nunca esteve dissociada das nossas produções, pensamentos e reflexões. Nós partimos de um território, de histórias vividas e condições materiais e imateriais que não somem em nossos textos e escritas, rompemos todos os dias com a relação imaginada de pesquisadora x objeto de estudo, nós somos ambas ao mesmo tempo. A nossa subjetividade reflete em nossos estudos, nosso objeto de pesquisa sobre a maternidade também diz sobre nosso lugar na sociedade.

Trazer essa obra para o nosso primeiro jornal do Projeto “Mães na Universidade” é um convite para refletirmos sobre as nossas próprias trajetórias enquanto estudantes e mães que ocupam o espaço acadêmico. Luana Fontel nos mostra que a escrita e a produção de conhecimento não pertencem apenas aos livros acadêmicos, salas de aula tradicionais ou apenas a um determinado perfil social masculino branco, mas estão presentes na memória dos nossos corpos, nas histórias contadas pelas nossas mães e avós e na forma como resistimos e transformamos a realidade todos os dias.

“Mães que escrevem a Amazônia de Sal” ultrapassa o limite formal de um texto meramente acadêmico: ecoa um chamado urgente para reconhecermos a nossa própria força e a riqueza dos saberes que carregamos e, que estes, devem ocupar os muros que a universidade nos impõe.

Referência:

FONTEL, Luana. **Mães que escrevem a Amazônia de Sal**. 2025. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. 186p.



Eventos e Ações

Conversas Maternas

Tema: Riscos cibernéticos para crianças e adolescentes: experiências de aproximação do tema

Convidada: Nay Macêdo é psicóloga (CRP 17/2275), psicoterapeuta de mulheres e mães no Brasil e no exterior e mestranda pelo ProfEPT/IF Sudeste MG, pesquisando vulnerabilidade digital na adolescência. Atua na formação de famílias, profissionais e rede de proteção, articulando psicologia, educação, desenvolvimento, cultura e tecnologia. É palestrante, professora e, nas mídias sociais (@naymacedo), transforma temas complexos em conversas que chegam ao cotidiano das famílias.

Mãe de duas meninas, também leva para seu trabalho as inquietações de quem acompanha de perto uma geração que está crescendo entre a vida presencial e a digital.



Inscreva-se

Conversas Maternas

Riscos cibernéticos para crianças e adolescentes: experiências de aproximação do tema



Convidada de outubro:
Nay Macêdo

 19h – Online

Nay Macêdo é psicóloga (CRP 17/2275), psicoterapeuta de mulheres e mães no Brasil e no exterior e mestranda pelo ProfEPT/IF Sudeste MG, pesquisando vulnerabilidade digital na adolescência. Atua na formação de famílias, profissionais e rede de proteção, articulando psicologia, educação, desenvolvimento, cultura e tecnologia. É palestrante, professora e, nas mídias sociais (@naymacedo), transforma temas complexos em conversas que chegam ao cotidiano das famílias.

Mãe de duas meninas, também leva para seu trabalho as inquietações de quem acompanha de perto uma geração que está crescendo entre a vida presencial e a digital.

Inscrições na bio

PREPARE SUA XÍCARA DE CAFÉ E VEM CONVERSAR COM A GENTE!

REALIZAÇÃO
@nucleomaterna
@projetoaesnauniversidadeufrj
@acolheuninto



29/10 - Escuta dos Afetos

Pensando em promover um espaço de escuta e afeto para mulheres-mães universitárias, o Núcleo Materna em parceria com o Estudos da Maternidade e a Casa Aia planejou a ação "Escuta dos afetos: vida, caminhos e resistências".

Esta ação é direcionada às mulheres-mães que conciliam atividades acadêmicas, profissionais e maternas/cuidado e precisam de colo, orientação e apoio direcionado.

O quarto encontro da ação será realizado no dia 29/10/26 (quinta-feira) às 9h.



Inscreva-se



@nucleomaterna
@estudosdamaternidade
@projetoaesnauniversidadeufrj
@marcellasandim
@aia.equipe

Escuta dos afetos: vida, caminhos e resistências

com marcella sandim

Encontro 4 - 29/10/2026 às 9h
Link de inscrição na bio



Quem somos?



Livia Maria:

Estudante do 8o período de Pedagogia na UFRJ, apaixonada pela educação, escrita e pelas histórias que cabem nos pequenos detalhes da vida. Acredito na escrita como uma forma de registrar experiências, provocar reflexões e, principalmente, fazer com que algumas histórias não sejam esquecidas. Minha trajetória acadêmica é atravessada pela experiência de ser mãe enquanto universitária, tema que hoje faz parte da minha pesquisa de conclusão de curso sobre maternidade e permanência no ensino superior.



Cecilia Maraújos:

É mulher cis, mãe ativista, cearense, parda, mora no Rio desde 2018 e utiliza da arte como forma de existência e resistência no mundo. Estuda artes de maneira autodidata desde a infância e hoje é formada em Pintura pela EBA/UFRJ. Fundou e coordena o coletivo materno Mater-Mundi, além de integrar outras redes como o projeto de extensão Mães na Universidade e a Associação Estudos da Maternidade, além de trabalhar de maneira autônoma como artista-pesquisadora.



Marjorie de Oliveira:

Mulher cis e negra, tem 20 anos e é estudante do 4º período de Serviço Social na UFRJ. Atua na construção do Coletivo Feminista Marielle Franco do Serviço Social e do Centro Acadêmico José Paulo Netto. Também é extensionista do projeto Mães na Universidade e da Biblioteca Itinerante, que desenvolve atividades de educação popular com crianças de 5 a 10 anos. Acredita em uma educação popular de qualidade e em uma universidade que seja construída para acolher, formar e transformar, e não uma porta giratória para aqueles que não se enquadram no perfil acadêmico esperado.

Quem somos?

Andresa Sigarini Ramos:



29 anos, mulher cis, branca, mãe e moradora de Niterói/RJ. Estudante concluinte do curso de Serviço Social da UFRJ, extensionista do Projeto Mães na Universidade e Observatório do Cuidado Egbé. Possui interesse acadêmico nas áreas de Políticas Sociais, Direitos Humanos, Infância e Juventude. Durante a graduação precisou interromper o curso devido à gravidez e aos cuidados com o filho. O apoio de outras mulheres foi essencial para o seu retorno à universidade e a continuidade dos estudos. Essa experiência fortalece sua compreensão sobre a importância de políticas de permanência e acesso à educação. Acredita na educação pública, gratuita e de qualidade como instrumento de ampliação de possibilidades e transformação da realidade, especialmente para mulheres e mães que atravessam inúmeros desafios para permanecerem e concluírem a graduação.

Mithaly Corrêa:



Mãe de Valentina, Elis e Ethan, graduada em Geografia pela UFRJ (2023). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ - ProPEd/UERJ (2026), com fomento da CAPES pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX/CAPES). Especialista em Tecnologias Digitais e Inovação na Educação pela Faculdade Líbano (2026). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa JEGESC/UERJ. Idealizadora e Vice-coordenadora do Projeto de Extensão Universitária "Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães" da UFRJ (2021 - atual). Coordenadora do Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna (2020 - atual).

Pesquisa movimentos de mães universitárias em/nas redes, dispositivo da maternidade em tempos de cibercultura e ciberativismo materno-feminista como estratégia de resistência, com foco em desigualdades educacionais no ensino universitário.